

Evite problemas ao pedir aposentadoria

Principal passo é corrigir divergências nas informações do CNIS; erros do trabalhador ou INSS prejudicam o andamento do processo

CAIOPRATES

DO PORTAL PREVIDÊNCIA TOTAL

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que dão entrada no pedido de aposentadoria costumam enfrentar algumas dificuldades, acentuadas nos últimos anos. Os obstáculos podem surgir por erros dos trabalhadores ou da autarquia federal. E os problemas aumentaram com a pandemia e o crescimento da fila de pedidos de benefícios. Entre os principais entraves está a documentação exigida.

Os cidadãos costumam esquecer de entregar a relação completa ou realizar algum ato burocrático obrigatório. Já no INSS, os problemas mais comuns são na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica e na análise inadequada da legislação previdenciária, entre outras situações.

O advogado especialista em Direito Previdenciário, Celso Joaquim Jorgetti, afirma que as falhas nas informações prestadas ao INSS afetam o andamento dos pedidos. Segundo ele, os erros mais comuns cometidos pelos segurados são não corrigir as divergências apresentadas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), como nos dados pessoais, ausência de data de saída de algum emprego, falta de registro de contribuições individuais e pagamentos realizados a menor. E também pagamentos em atraso sem comprovação de atividades.

Ele destaca ainda a falta de comprovação de atividades especiais e de documentos confirmando atividade rural ou dependência econômica e convivência, no

caso de pensão por morte na união estável.

PEDIDO NEGADO

Quando existem pendências na documentação, Jorgetti afirma que o INSS simplesmente tem negado a concessão do benefício, forçando o segurado a entrar com recurso, o que faz com que o pedido volte para a fila de espera.

"Há casos em que o recurso é negado e é necessário propor ação judicial para

resolver, sendo que isso poderia ter sido evitado com a regularização das pendências antes do requerimento do benefício", observa.

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, prometeu em seu discurso de posse que pretende zerar a fila de pedidos de benefícios do INSS, que atualmente é de 1,3 milhão de casos, por meio de mutirão, sem dar maior detalhes.

"Uma maneira de evitar estes erros é analisar o

CNIS para verificar se existem erros nos salários de contribuição, nos vínculos empregatícios e também os documentos que podem aumentar o tempo de serviço e a renda", diz o advogado João Badari.

O diretor científico do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), Marco Aurélio Serau Júnior, destaca

que a análise do CNIS deve ser feita por um profissional especializado. "Ele analisará os contratos de trabalho e as contribuições do cliente, em comparação com o CNIS e, havendo divergência, tomará as medidas adequadas".

Entretanto, os especialistas lembram que a recusa das solicitações também

ocorre devido a erros por parte da autarquia. "Ainda há os erros por parte do INSS, na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica e na análise inadequada da legislação previdenciária", complementa Serau Júnior.

MAIS INFORMAÇÕES NO PORTAL
WWW.PREVIDENCIATOTAL.COM.BR

TRÊS PASSOS

- Verifique no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) as informações sobre o período de recolhimento de contribuições previdenciárias;
- Confronte os vínculos das carteiras de trabalho e guias de recolhimento, para verificar se todos os períodos estão completos e corretos no CNIS;
- Bata os salários de contribuição e confronte com os holerites, guias de recolhimento e as alterações salariais da CTPS para ver se tudo está correto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Caderno:** B **Página:** 3